

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD



sagah⁺

Características da EAD no Brasil

Claudio Marlus Skora

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- > Definir o estudante da EAD.
- > Descrever o perfil das instituições de ensino superior no Brasil.
- > Reconhecer os cuidados e instrumentos de segurança para o uso da internet.

Introdução

Os números relativos à educação a distância (EAD) no Brasil demonstram o intenso crescimento em termos de matrículas nos últimos cinco anos. A pandemia da covid-19 intensificou a aceitação dessa modalidade de ensino e aprendizagem, derrubando paradigmas quanto à viabilidade de seu uso como uma forte experiência educacional.

Neste capítulo, você vai estudar aspectos essenciais sobre o perfil do aluno da educação a distância. Além disso, vai conhecer dados demográficos e competências desenvolvidas nessa modalidade. Ainda, vai ver o resultado dos alunos em exames oficiais, o que pode servir para interpretar a qualidade obtida no ensino a distância. Também vai identificar como a pandemia intensificou a educação a distância. Por fim, vai estudar o cuidado que se deve ter quanto à utilização da internet, bem como as medidas de prevenção recomendadas.

O aluno na educação a distância

A construção do perfil do aluno na EAD pode ser realizada de diversas formas. A mais usual é por meio da apresentação de dados estatísticos sobre matrículas e demais particularidades ou, ainda, sobre gênero, autodeclaração étnica, classe social e outras informações que permitem compreender os alunos a partir de um panorama censitário. Também é possível descrever os alunos por meio de suas características de aprendizagem. Por fim, pode-se discorrer sobre os resultados dos alunos da EAD *versus* os das demais formas de ensino.

O Mapa do Ensino Superior Brasileiro, patrocinado pelo Instituto Semesp (2022), aponta vários pontos interessantes sobre inúmeros aspectos da educação superior no país. De acordo com o material, o número de matrículas dos cursos presenciais vem caindo, o que é uma tendência dos últimos anos. Os dados apontam que, em 2020, 64,2% das matrículas eram de cursos presenciais, o que equivale a uma queda de mais de 7 pontos percentuais de um ano para outro. O aumento da educação a distância nesse período é uma consequência da pandemia de covid-19.

Quanto à distribuição percentual da participação dos alunos da EAD, as regiões com maior relevância são a Norte e a Sul. Na primeira, os alunos EAD compõem 45,9% do total das matrículas; na segunda, o percentual é de 44,5%. A região Nordeste concentra a menor taxa de alunos na EAD: 30,8% das matrículas (INSTITUTO SEMESP, 2022).

No ensino presencial, cerca de 58% dos alunos da rede privada e 66% da rede pública têm até 24 anos (INSTITUTO SEMESP, 2022). Na EAD, esse número é distribuído ao longo de diversas faixas etárias, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Distribuição de alunos matriculados na EAD por faixa etária

Faixa etária	Rede pública	Rede privada
Até 24 anos	14,6%	24,1%
25 a 29 anos	17,5%	20,1%
30 a 34 anos	20,2%	18,4%
35 a 39 anos	18,8%	15,9%
40 a 49 anos	21,3%	16,4%
50 a 59 anos	6,6%	4,4%
Acima de 60 anos	1,1%	0,7%

Fonte: Adaptado de Instituto Semesp (2022).

Os dados dispostos no Quadro 1 demonstram a possibilidade de a EAD proporcionar o acesso à educação superior a pessoas que estão fora da denominada idade universitária ideal, que se enquadra entre 18 e 27 anos. Assim, é possível concluir que as características da modalidade ajudam pessoas com diferentes turnos de jornada de trabalho a acessar a educação superior quando sentem a necessidade e têm a disponibilidade de tempo e recursos.

Sobre a questão etária, o Instituto Semesp (2022, p. 7) alerta sobre o acesso à educação na faixa etária considerada adequada:

Os números do Censo da Educação Superior 2020 também apontam uma triste realidade: a queda no número de jovens ingressando no ensino superior, o que afeta diretamente a taxa de escolarização líquida [que mede a proporção de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior em relação à população dessa faixa etária]. Em 2020, a taxa registrou uma queda de 0,3 pontos percentuais e chegou aos 17,8%. Com a EAD ainda atraindo um público mais velho, entre 29 e 44 anos, que já está inserido no mercado de trabalho, os mais jovens seguem excluídos da educação superior. Sem atrairmos os jovens para o ensino superior, estamos não apenas nos afastando da meta do Plano Nacional de Educação, que estabeleceu uma taxa de escolarização líquida para o ensino superior de 33% em 2024, mas também comprometendo o próprio desenvolvimento do país a médio e longo prazo.

De acordo com a meta número 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), a taxa de escolarização líquida de jovens entre 18 e 24 anos aplicada ao ensino superior deve ser, até 2024, de 33%. Já a taxa bruta deve alcançar 50%. É por isso que há uma preocupação, pois as informações atuais apontam para um índice de 17,8%.

O número de ingresso por modalidade aponta a tendência de crescimento de novas matrículas na EAD. Como mostra a Figura 1, em 2009, 84% dos calouros foram registrados na educação presencial, sendo 16% na EAD.

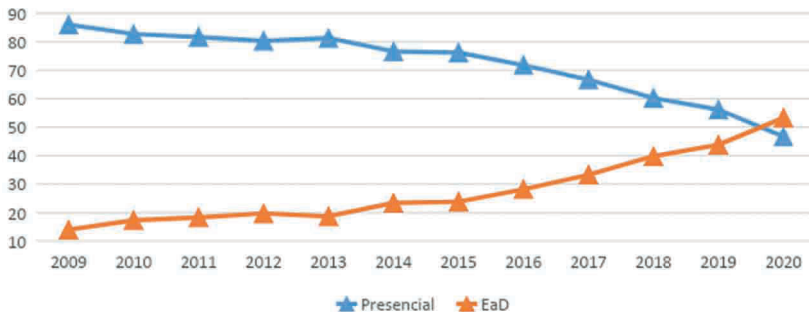


Figura 1. Gráfico da distribuição de ingressantes no ensino superior conforme modalidade.
Fonte: Instituto Semesp (2022, p. 19).

Gradativamente, a participação de novas matrículas no ensino superior demonstrou o aumento da participação na modalidade EAD. O ponto de virada ocorreu em 2020, quando a educação presencial obteve um percentual abaixo dos 50% (mais precisamente, 46,7%). Por outro lado, a modalidade a distância foi responsável por 53,3% dos ingressantes no terceiro grau. Esse indicador foi impactado pelos efeitos da pandemia de covid-19, que tornou necessário o isolamento social. Por imposição legal, as relações de ensino e aprendizagem ocorreram por meio virtual, levando muitas pessoas a reduzir as impressões que tinham sobre a modalidade em tela.

O censo da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2022) mostra outras peculiaridades do aluno da EAD. Os dados indicam que a maioria dos acadêmicos é do gênero feminino, compondo um total de 55,84% das matrículas no ensino superior a distância. Uma das justificativas para esse número é a existência de dupla ou tripla jornada de atividades (trabalho, casa e estudo), uma vez que o horário e a dedicação ao estudo quase sempre são mais flexíveis do que no modelo presencial.

Os dados também demonstram que a maioria dos estudantes de EAD brasileiros é caucasiana. Analisando dados para algumas regiões do país, é possível ver que, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, o percentual de alunos negros é preponderante. Já os indígenas formam um percentual de 5% das matrículas na região Norte (ABED, 2022).

A classe social também é destacada nas análises de dados sobre o perfil do aluno da EAD. Segundo o censo, 93,5% dos alunos dos cursos EAD pertencem às classes C, D e E, o que é um percentual relevante. Isso mostra o caráter de inclusão social que a EAD tem, que existe por dois motivos: o valor de mensalidade mais atrativo a essas classes sociais (em comparação ao valor médio dos cursos presenciais) e a flexibilização do horário de estudo, que possibilita cumprir a jornada de trabalho (ABED, 2022).



Saiba mais

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publica anualmente dados importantes sobre a EAD no ensino superior no Brasil (ABED, 2022). Trata-se do Censo da Educação Superior, que fornece informações essenciais para formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas a esse assunto. É uma fonte oficial muito relevante para compreender o perfil do aluno da EAD.

O aluno da EAD também pode ser descrito a partir das competências que a modalidade de ensino proporciona aos estudantes. De acordo com Fleury e Fleury (2001, p. 187), as competências são “um saber agir responsável e

reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”.

Trazendo esse conceito para o desenvolvimento do aprendizado dos alunos, tem-se a visão de que ele terá êxito em suas atividades educacionais quando souber agir em situações diversas, atuar para além do prescrito e tomar iniciativas quando necessário. Vale ressaltar que a competência não está ligada apenas a uma relação de conhecimentos teóricos e empíricos que as pessoas dominam sobre um determinado tema. O Quadro 2 mostra algumas das competências desenvolvidas pelos alunos da EAD.

Quadro 2. Competências desenvolvidas pelos alunos na EAD

Competência	Descrição
Autonomia	O aluno é protagonista em suas atividades de aprendizagem, realizando pesquisas e tarefas e buscando por referências e conteúdos complementares. Parte do aluno o interesse em buscar auxílio para superar dificuldades ou em resolver seus problemas de maneira própria.
Adaptabilidade	O aluno da EAD é mais acostumado a interagir de modo virtual com as pessoas, sejam elas colegas de sala, professores ou tutores. Ele extrai dos diferentes públicos as informações necessárias em diversos momentos, o que denota a adaptação ao trabalho em ambiente digital.
Gestão do tempo	O aluno da EAD tem maior planejamento e gestão do tempo para realizar as diferentes rotinas estudantis, assumindo o controle sobre as responsabilidades de aprendizado.
Comunicação	Como não tem o contato físico com as pessoas, para expor suas contribuições e dúvidas, o aluno da EAD desenvolve a capacidade de comunicação. Além da expressão oral, o estudante amplia a capacidade textual, de modo a declarar suas necessidades e aprendizados com mais propriedade.
Autogestão	A autogestão surge por meio das ações do aluno em estabelecer prioridades e gerir prazos sem supervisão. Isso minimiza as armadilhas da procrastinação, uma vez que a gestão da relação entre tarefas e prazos é algo comum na EAD.

Além do desenvolvimento dessas competências, há ainda o desempenho em exames oficiais que aferem a qualidade da formação, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Cortelazzo e Elisei (2022),

ao analisar o desempenho dos estudantes de cursos presenciais e a distância no Enade nos anos 2015, 2016 e 2017, perceberam que os valores médios dos conceitos são maiores para cursos presenciais. Ainda, em uma mesma instituição de ensino superior, os autores perceberam que as notas dos concluintes de EAD foram menores do que as dos alunos dos cursos presenciais. Isso mostra a necessidade de se preocupar em encontrar meios de proporcionar um melhor desempenho na educação superior para alunos EAD, igualando-os aos que fazem a opção pela educação presencial.

Nesta seção, vimos que, em geral, o perfil do aluno da EAD no ensino superior é composto por pessoas adultas, com idades quase que igualmente distribuídas entre os 18 e 50 anos. A maioria é formada por mulheres trabalhadoras e com compromissos familiares. A flexibilidade de horários de estudo e a possibilidade de conciliar as atividades pessoais, familiares e profissionais são pontos que atraem as pessoas para a EAD. Entretanto, como vimos, os dados oficiais de aferição do desempenho dos alunos em provas demonstram a necessidade de aprimorar as relações de ensino e aprendizagem na EAD, a fim de ampliar o desempenho dos estudantes.

Atuação das instituições de ensino superior no Brasil na educação a distância

A pandemia de covid-19 foi um divisor de águas em muitos aspectos sociais e econômicos. Do ponto de vista trabalhista, por exemplo, as medidas de prevenção ao vírus, como o isolamento social, levaram à implantação do *home office*. Esse é um único exemplo de mudança e quebra de paradigmas. Afinal, antes da pandemia, a presença em locais determinados para o trabalho era algo mandatário nos manuais de trabalho das empresas, até mesmo em termos da legislação relativa ao mundo trabalhista.

Na educação, os efeitos foram semelhantes. No Brasil, após as primeiras medidas sanitárias divulgadas em março de 2020, muitas faculdades, centros universitários e universidades foram obrigadas a cessar a oferta de aulas presenciais. Como medida paliativa, essas universidades se viram diante da possibilidade de usar soluções remotas, síncronas ou assíncronas, para facilitar as relações de ensino e aprendizagem entre docentes e alunos.

O episódio do impacto da pandemia escancarou pelo menos três realidades das instituições de ensino superior no Brasil em relação ao EAD. Veja a seguir, conforme Chagas, Chagas e Silva Filho (2020), Gusso *et al.* (2020) e Queiroz *et al.* (2022).

- Um número menor de instituições (em torno de 20% delas) era responsável pela grande maioria de matrículas de EAD no ensino superior, estando preparadas para a oferta dessa modalidade por ter experiência, infraestrutura pessoal e tecnológica e credenciamento específico conforme regulamentação do Ministério da Educação (MEC).
- Cerca de 30% das instituições tinha alguma experiência em EAD, dominando plataformas para a finalidade, disponibilizando documentos, vídeos, áudios e outras tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e tendo docentes com um domínio satisfatório de técnicas e tecnologias. Tinham como objetivo a obtenção futura do credenciamento para a modalidade junto aos órgãos oficiais.
- A metade das instituições de ensino superior não tinha domínio das TICs da modalidade. Além disso, inexistiam profissionais capacitados, e eles se depararam com situações complicadas para atender aos contratos de serviços educacionais firmados com seus alunos (no caso do setor privado).

A Figura 2 apresenta a distribuição da oferta da educação superior para os dois grupos apresentados com pelo menos alguma experiência na EAD.

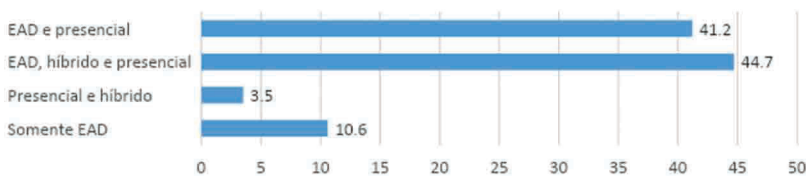


Figura 2. Distribuição de ingressantes no ensino superior conforme modalidade.

Fonte: Abed (2022, p. 28).

O grupo de instituições com pouquíssima familiaridade ou nenhuma experiência em EAD teve que recorrer, imediatamente, a soluções adotadas pelos professores. Essas soluções não eram necessariamente padronizadas, e os alunos passaram a acessar plataformas síncronas de reuniões, sendo as mais conhecidas o Zoom, o Teams e o Google Meet. Da mesma forma, eles utilizaram documentos usando OneDrive, Google Drive ou Dropbox. Com essas atitudes, aconteceu uma evasão sem precedentes de alunos, principalmente entre aqueles que eram avessos à EAD, muitas vezes rotulando a modalidade a distância pejorativamente.

O grupo de instituições com alguma experiência em EAD potencializou as soluções já implantadas e obteve algum sucesso, uma vez que os alunos já tinham algum domínio das TICs da EAD. As instituições com credenciamento oficial para a oferta de cursos à distância foram as que menos impactaram os alunos, pois muitas delas já ofertavam parte da carga horária de seus cursos a distância, de acordo com os limites legais. Assim, mesmo os alunos de cursos presenciais não estranharam o desafio de enfrentar a EAD. A modalidade EAD se tornou padrão nos momentos pós-pandemia, até que as organizações sanitárias liberassem o retorno das aulas presenciais.

Os acontecimentos da pandemia anteciparam a realidade a qual todas as instituições se deparariam em um momento futuro próximo: a prontidão para ofertar a educação a distância e o credenciamento para realizá-la perante o MEC. Isso fica muito evidente quando analisamos as conclusões de uma pesquisa global realizada pela Anthology, uma *edtech* com mais de 150 milhões de usuários em 80 países (WIDENHORN *et al.*, 2022, p. 5, tradução nossa):

Dos alunos pesquisados globalmente, 41% indicaram preferência por cursos totalmente *on-line* conduzidos de forma síncrona, ou seja, reunindo-se em um horário específico (16%), ou de forma assíncrona, permitindo que os alunos concluam os trabalhos quando estiverem disponíveis (25%). Apenas 18% dos alunos indicaram que preferem cursos totalmente presenciais. Embora ainda haja uma preferência reconhecida por cursos presenciais por parte da população e uma mistura de cursos presenciais e *on-line* para um grupo maior, mais de 80% dos alunos agora preferem que, pelo menos, alguns de seus cursos ou aulas ocorram *on-line*. Isso indica que os alunos se ajustaram a fazer cursos *on-line* e, em geral, preferem opções de cursos assim.

A atuação das instituições de ensino superior na EAD no Brasil deve, então, se expandir. Os atuais *players* do mercado vão ter a companhia de novos ingressantes, seja para competir com os grandes grupos consolidadores da educação privada, seja para subsistir a esse novo momento em que a EAD se depara depois da pandemia.

O setor público também atua por meio da EAD, mas dados do Instituto Semesp (2022, p. 16) indicam que “a rede privada segue concentrando a grande maioria das matrículas dos cursos EAD; 94,9% dos alunos da modalidade estão em IES (instituições de ensino superior) particulares”. Em números de ingressantes, do total de cerca de 2 milhões de novas matrículas na modalidade em 2020, somente 48.300 alunos foram incluídos no setor público, segundo o Instituto Semesp (2022). Os dados também informam que dos cerca de 400 mil alunos formados na graduação, cerca de 382 mil (95,6%) foram oriundos de instituições da rede privada em 2020 (INSTITUTO SEMESP, 2022).

Os cursos mais procurados na EAD são pedagogia, administração, contabilidade, tecnólogo em gestão de pessoas e educação física. Juntos, esses cursos respondem a um pouco mais de um terço do total de novos ingressos em 2020, como informa o Semesp (2022). O curso de pedagogia, de maior procura na modalidade a distância, é o oitavo mais procurado pelos alunos que ingressam na modalidade presencial.

Quanto ao total de cursos ofertados, o Instituto Semesp (2022) mostra que o número cresceu quatro vezes de 2015 para 2020, como demonstra o Quadro 2.

Quadro 3. Número de cursos ofertados na modalidade a distância de 2015 a 2020

Ano	Rede pública	Rede privada	Total
2015	422	1.054	1.476
2016	449	1.215	1.664
2017	464	1.648	2.112
2018	497	2.683	3.180
2019	520	4.011	4.531
2020	539	5.577	6.116

Fonte: Adaptado de Instituto Semesp (2022).

O cenário da atuação das instituições de ensino superior está em constante evolução, como é possível perceber pelos dados apresentados. Sobre isso, a pesquisa da Anthology aponta o fato de que os alunos de hoje desejam que a tecnologia seja mais prevalente em sua experiência no ensino superior. Na mesma pesquisa, 60% dos líderes responsáveis pela gestão de instituições acreditam que sua instituição não têm todas as ferramentas de aprendizado digital necessárias para ajudar os alunos a triunfar. Ainda, 17% dos líderes acreditam que os recursos tecnológicos de suas instituições não atendem adequadamente às necessidades dos alunos (WIDENHORN *et al.*, 2022).

Nesta seção, vimos que a pandemia de covid-19 acentuou a atuação na EAD em instituições de ensino superior. Diante da crise, existiram diferentes níveis de preparação prévia para o que aconteceu, e planos contingenciais foram implementados. Apesar da grande expansão da EAD nos últimos anos,

os gestores educacionais ainda se posicionam de maneira ativa quanto à necessidade de aprimoramento das TICs que mediam a relação de ensino e aprendizagem na EAD.

Cuidados e segurança no uso da internet

Quando pensamos sobre os cuidados e a segurança no uso da internet, temos em mente as recomendações quanto ao cuidado com senhas, fraudes e golpes virtuais. Isso é realmente necessário, porém não esgota os aspectos em termos educacionais. Há de se incluir as preocupações em torno do processo de coleta, processamento e interpretação de dados pessoais e do uso das TICs em sala de aula.

Uso consciente da internet na educação

É impossível pensar as relações sociais atuais sem incluir a internet como mediadora fundamental, independentemente da geração. De acordo com o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), mais de 23 milhões de crianças e adolescentes brasileiros de 9 a 17 anos são usuários da internet (ANGELINI, 2018). Isso nos faz pensar que a população em idade pré-universitária vai ter uma postura cada vez mais dependente desse meio informacional. Por estarem conectadas, essas pessoas têm acesso a praticamente infinitas informações, mas também são suscetíveis a possíveis impactos perversos.

Diante de tais situações, é essencial que os pais e educadores alertem as crianças e os adolescentes quanto às seguintes situações (ANGELINI, 2018):

- expor informações pessoais nas redes sociais;
- expor fotos pessoais ou de outros que possam ser consideradas depreciativas;
- comunicar-se com desconhecidos, repassando a eles dados e informações pessoais;
- ter comportamento *hater*, depreciando outras pessoas ou praticando *cyberbullying*;
- realizar ou apoiar discursos de ódio, racismo ou *sexting*;
- desconsiderar os direitos autorais, praticando o plágio e o compartilhamento irresponsável.

Além desses cuidados, Angelini (2018) indica outros para as relações educacionais. O Quadro 4 mostra algumas recomendações fornecidas aos educadores.

Quadro 4. Recomendações para o uso seguro e cuidadoso da internet nos ambientes educacionais

Recomendação	Descrição
Exposição de informações	Quando você se expõe na internet, é preciso refletir sobre os impactos que poderão ser causados não só sobre você, mas também sobre outras pessoas que estão próximas a você.
Ser um bom exemplo	Educadores são vistos como influenciadores de crianças, adolescentes e jovens. As atitudes no ambiente da internet poderão ser seguidas pelos alunos.
Descontrole sobre o que se posta	É cada vez mais comum que <i>prints</i> de tela sejam compartilhados de uma rede social para outra. É preciso saber que não se tem controle do que é postado na internet. Portanto, pensar antes de postar e analisar o que se posta é fundamental.
Respeito ao direito de imagem	Postar fotografia ou vídeo de alguém em situação constrangedora, modificar uma fotografia para manchar a reputação de alguém, publicar uma fotografia e fazer comentários maldosos sobre a pessoa que aparece nela ou descontextualizar determinado conteúdo são alguns casos nítidos de infração ao direito de terceiros e caracterização de danos à imagem.
Liberdade de expressão	A liberdade de manifestar-se e expressar seu pensamento não é absoluta. Ela termina quando se deixa de praticar um ato legal e saudável e passa-se a prejudicar alguma pessoa ou empresa. O abuso do direito de expressão não deve ser tolerado.

Fonte: Adaptado de Angelini (2018).

Metaforicamente, podemos dizer que a internet se assemelha a um amendoim com casca. Ao se abrir e comer o alimento, é possível ter uma excelente experiência ou surpreender-se negativamente com o gosto horrível. Antes de devorar o amendoim, devemos ter o cuidado de não amargar dissabores. Assim é a internet. Os cuidados devem orientar todas as ações, e é mandatório que

os mais experientes no meio alertem os recém-ingressos nessa tecnologia, ensinando-os como disfrutar das potencialidades comunicacionais e de aprendizado de modo seguro.

Proteção de dados pessoais

Segundo Doneda (2011), o tratamento de dados pessoais, especialmente por processos automatizados, é uma atividade de risco para as pessoas. Para o autor, esse risco “se concretiza na possibilidade de exposição e utilização indevida ou abusiva de dados pessoais, na eventualidade desses dados não serem corretos e representarem erroneamente seu titular” (DONEDA, 2011, p. 92).

O volume e o tratamento de dados pessoais armazenados em bancos eletrônicos e sistematizados é poderoso. Um dado, como aponta Idowu (2015), é basicamente um pedaço de uma escolha, uma decisão de compra, uma característica física ou comportamental. No entanto, quando esses dados sobre uma mesma pessoa são agrupados ao longo do tempo, eles revelam informações da vida desse indivíduo que são potencialmente valiosas para os negócios. Esses dados são tão valiosos que permitem a possibilidade de manipulação, fazendo que essas pessoas pensem que a expressão de uma minoria (sua bolha de interação) representa o pensamento da maioria. Outro exemplo é a sensação de que todos os seus conhecidos estão adquirindo determinados produtos ou serviços, o que leva você a ter uma necessidade de aquisição (IDOWU, 2015).

As medidas paliativas para evitar a manipulação de pessoas por meio do controle de seus dados devem se dar, segundo Idowu (2015), por meio da transparência e da proteção do acesso aos dados. Essas exigências servem para assegurar que a vida cotidiana das pessoas possa acontecer de maneira sustentável e socialmente responsável.

A Lei nº 13.709/2018 (BRASIL, [2019]), conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tem como objetivo estabelecer a segurança jurídica por meio da padronização de normas e práticas dos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil. A LGPD (BRASIL, [2019]) inclui o processamento de conteúdo de pessoas, brasileiras ou não, que estão no território brasileiro, e esses dados podem ser obtidos em qualquer tipo de suporte (papel, eletrônico, virtuais, som, imagem, etc.). O setor educacional não foge dessa responsabilidade, uma vez que são vários os registros feitos pelas instituições durante o ato educacional, principalmente aqueles mediados pelas TICs.

O consentimento é o elemento essencial da LGPD. Por meio do consentimento, uma instituição pode tratar os dados e, com eles, tomar decisões e acessar essa pessoa com interesses diversos. De acordo com a legislação, poderão ser tratados os dados sem consentimento do indivíduo, desde que eles sejam destinados a cumprir obrigações legais, executar contratos, defender direitos em processo e preservar a vida e a integridade física de uma pessoa (BRASIL, [2019]). No entanto, vale ressaltar que isso só é válido se o tratamento dos dados não prejudicar os direitos fundamentais dessa pessoa.

A LGPD também aponta que o tratamento dos dados deve ser feito considerando sua finalidade e necessidade, que devem ser comunicadas ao cidadão. Um indivíduo também pode solicitar que suas informações armazenadas sejam deletadas. Ainda, ele tem o poder de revogar consentimentos ou pedir a transferência de seus dados para outros fornecedores, se isso for de seu interesse. Em caso de registro automático dos dados feito por máquinas, com o objetivo de estabelecer um perfil da pessoa (pessoal, comportamental, profissional, de consumo, de crédito), o indivíduo deve ser informado que pode intervir, pedindo revisão desse procedimento feito por máquinas.

A LGPD trouxe para o Brasil a necessidade da adequação das instituições de ensino a uma das principais garantias que uma pessoa deve ter: a privacidade sobre suas informações disponibilizadas nos diferentes meios. A LGPD mostra a importância dos dados pessoais e o reflexo deles em direitos como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural e a liberdade.

Nesta seção, estudamos os cuidados com o uso da internet, orientando ao uso consciente dela, especialmente nas situações de aprendizado. Os nativos digitais muitas vezes percebem as tecnologias como algo seguro, por isso precisam ser alertados sobre os problemas do mundo. Eles também precisam ser educados sobre os riscos que a exposição de si mesmos e dos outros pode trazer a todos. Além disso, o respeito aos direitos de imagem e de textos é algo que merece a atenção de todos. Por fim, estudamos a LGPD e vimos que todas as instituições de ensino superior devem respeitar os ordenamentos jurídicos que protegem os dados pessoais.

Referências

ANGELINI, K. *Internet com responsa: cuidados e responsabilidades no uso da internet*. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). *Censo EAD.BR 2020: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil*. Curitiba: InterSaberes, 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 28 ago. 2022.

CHAGAS, J. M.; CHAGAS, R. L. C. P.; SILVA FILHO, R. L. As mudanças nas IES induzidas pela pandemia. *Desafios da Educação*, 2020. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/mudancas-ies-pandemia/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CORTELAZZO, A. L.; ELISEI, C. C. A. Desempenho dos estudantes de cursos presenciais e a distância no Enade em 2015, 2016 e 2017. *Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 30, n. 114, p. 207-231, 2022.

DONEDA, D. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. *Espaço Jurídico Journal of Law*, v. 12, n. 2, p. 91-108, 2011.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, p. 183-196, 2001.

GUSSO, H. L. et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. 1-27, 2020.

INSTITUTO SEMESP. *Mapa do ensino superior no Brasil*. 12. ed. São Paulo: Semesp, 2022.

QUEIROZ, F. C. B. P. et al. Pandemia da covid-19 e os impactos nas atividades acadêmicas no Brasil. *Studies In Education Sciences*, v. 3, n. 1, p. 61-85, 2022.

TOKER, K. A. Data protection. In: IDOWU, S. (ed.). *Dictionary of corporate social responsibility: CSR, sustainability, ethics and governance*. New York: Springer, 2015. p. 169-170.

WIDENHORN, M. et al. *Comparing global university mindsets and student expectations: closing the gap to create the ideal learner experience*. Boca Raton: Anthology, 2022.



Fique atento

Os links para sites da web fornecidos neste capítulo foram todos testados, e seu funcionamento foi comprovado no momento da publicação do material. No entanto, a rede é extremamente dinâmica; suas páginas estão constantemente mudando de local e conteúdo. Assim, os editores declaram não ter qualquer responsabilidade sobre qualidade, precisão ou integralidade das informações referidas em tais links.

Conteúdo:

sagah⁺